

ECONOMIA

Brasil

Governo define os cortes no Orçamento e impõe uma redução de recursos da ordem de R\$ 2 bilhões para a área de Saúde e de R\$ 1 bilhão para a Educação.

PÁGINA 10

Estudo feito pelo Lloyds Bank revela que o ajuste fiscal, em estudo pelo Governo, tem mais chances de dar certo do que o pacote do ano passado.

PÁGINA 11

As Bolsas de Valores brasileiras fecharam em queda ontem. Na expectativa do ajuste fiscal, os investidores optaram pela realização de lucros.



AJUSTE

PÁGINA 12

Empresários desembrulham o pacote

Fernando Henrique
antecipa medidas
em reunião no
Palácio do Planalto

**Setor cobra a
redução na taxa de
juros e cortes nos
gastos do Governo**

O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu no fim da noite de domingo um grupo de 30 dos mais importantes empresários do País para falar sobre o conjunto de medidas de ajuste fiscal que o Governo apresentará esta semana. Fernando Henrique passou cerca de três horas reunido com os empresários no Palácio da Alvorada, acompanhado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan.

A redução da taxa de juros, hoje em 49,75% ao ano, foi a principal reivindicação do grupo de empresários. "O Presidente se comprometeu a baixar os juros o quanto antes", disse ontem o vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, que espera um período de grandes dificuldades, com aumento do desemprego não apenas na indústria mas em todo o setor produtivo.

O aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,35% foi também criticado pelos empresários, embora não haja ainda confirmação do índice de reajuste. "Nunca aceitamos a CPMF como solução, mas apenas como um tapa-buraco, um quebra-galho", disse o empresário.

Uma declaração do vice-presidente da CNI confirmou a tese de que haverá muita negociação acerca das medidas que poderão compensar o impacto do aumento do imposto, que incide sobre

todas as operações financeiras, no balanço das empresas. "Vamos ver como isso será feito, o que vem em troca disso e de que maneira será proposto", disse Ferreira, depois de participar, em Brasília, de um seminário sobre desenvolvimento regional.

Colaboração

A idéia do encontro era a de preparar a classe empresarial para as propostas do Governo. Segundo o empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, o convite para o encontro foi feito na sexta-feira pelo Presidente. Antônio Ermírio disse que é preciso, neste momento, "colaborar com o Governo", mas cobra a reciprocidade. "Temos de colaborar e ajudar o Brasil a sair desse impasse", explicou. "É mais um sacrifício e espero que o Governo entre também com a parte dele", disse.

Antônio de Oliveira Santos, da Confederação Nacional do Comércio, disse que é importante também que o Governo diminua seus gastos e evite desperdícios.

"Que tal reduzir as despesas do Governo?", perguntou. O grupo de empresários que participou do encontro tinha ainda nomes como o do ex-presidente da Fiesp e deputado federal eleito pelo PFL de São Paulo, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, o atual presidente da Fiesp, Horácio Piva, o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, além dos empresários Emílio Odebrecht e Jorge Gerdau Johannpeter, entre outros.

Reforma

O Governo deverá encaminhar em novembro ao Congresso sua proposta de reforma tributária, com base no anteprojeto elaborado pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. A informação foi dada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao grupo de empresários durante a reunião no Palácio da Alvorada.

Segundo um dos empresários presentes à reunião, o Governo avalia que as resistências à sua proposta foram diminuídas depois das alterações que Parente negocou com os governadores, transferindo para os estados a competência sobre o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Pelo menos de acordo com esse empresário, o grupo deixou o Palácio da Alvorada sem saber exatamente qual será o peso do aumento de impostos no ajuste fiscal.

Nesse item, segundo ele, Malan foi evasivo ao comentar o possível aumento da alíquota da CPMF para 0,35%. De acordo com a fonte, a parcimônia do Governo nas informações estaria ligada ao cuidado de não adiantar as informações principais antes de uma reunião formal do Presidente com as lideranças do Congresso para anunciar as medidas. Fernando Henrique disse que gostaria de fazer essa comunicação ao Congresso ontem, a tempo de anunciar o ajuste ao País hoje à noite, mas previu dificuldades de agenda e, por isso, estava considerando como mais provável a hipótese de divulgar o "pacote" amanhã na quarta-feira.

O grupo de empresários saiu convencido, segundo revelação de um deles, da urgente necessidade do ajuste fiscal. Os custos sociais, avaliam, serão menores que as consequências de um descontrole total das contas públicas. Em todo caso, os empresários foram enfáticos em alertar que o aumento de impostos fará crescer ainda mais o custo Brasil, afetando a competitividade das exportações brasileiras.

Segundo a fonte, Fernando Henrique procurou tranquilizar os empresários com o aceno de medidas compensatórias que não firam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

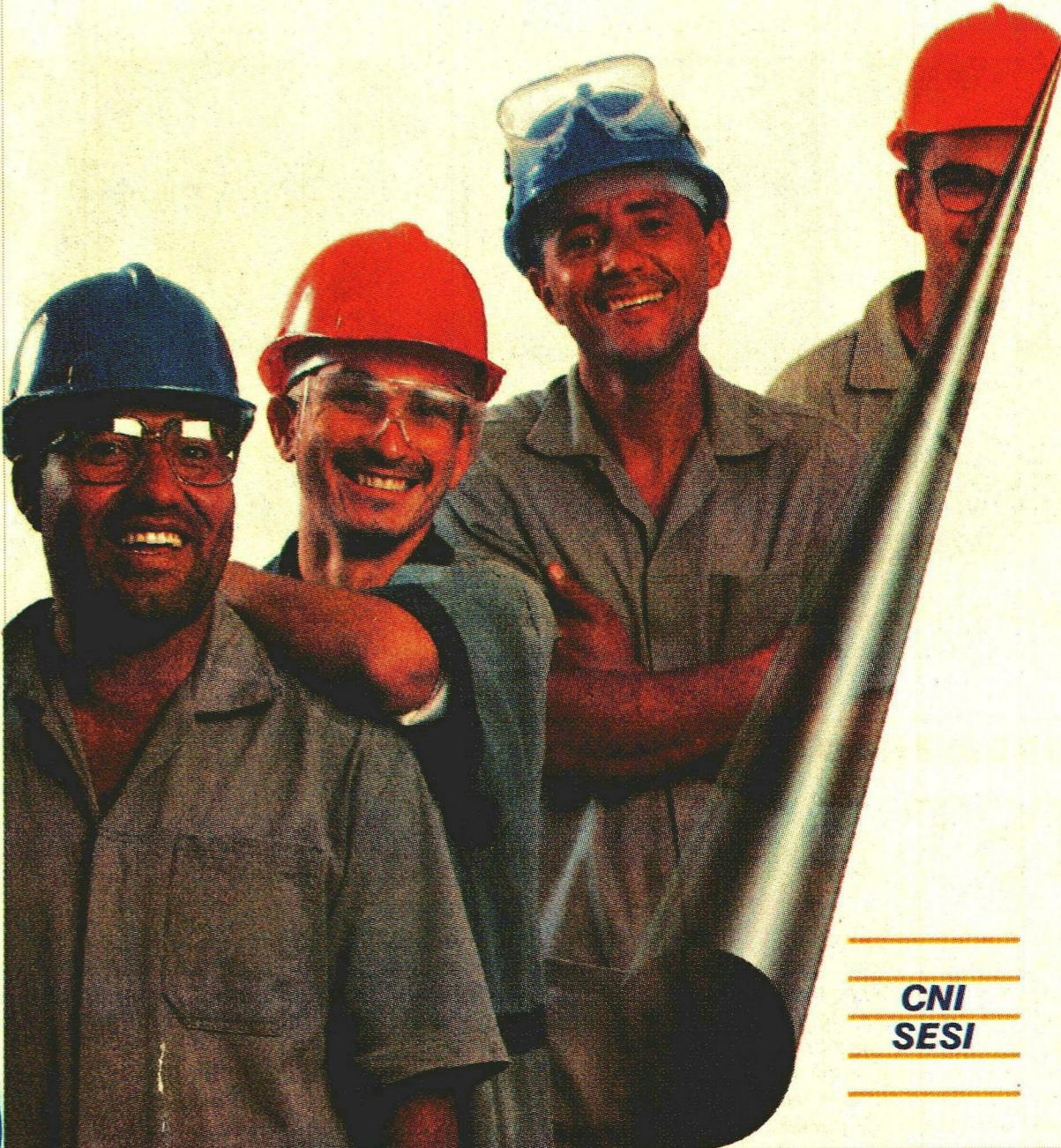
Quanto às negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o empresário disse que Fernando Henrique e Malan não definiram quanto o País está pleiteando de ajuda. No entanto, eles informaram que o Brasil não está negociando empréstimos e sim uma linha de contingência, uma conta garantia, à qual o País recorreria em situações de necessidade.



HORÁCIO Piva, presidente da Fiesp, participou do encontro com Fernando Henrique

ALÉM DO SORRISO DE MILHÕES DE TRABALHADORES O SESI TAMBÉM ESTÁ GANHANDO PRÊMIO.

O trabalho que o SESI realiza junto à sociedade é tão importante que foi premiado internacionalmente com o certificado do International Council On Social Welfare - ICSW, uma organização internacional que há 70 anos trabalha pelo desenvolvimento e o bem estar social. Sua diretoria é formada por organismos importantes como a FA.O, OIT, UNICEF, UNESCO, OMS, Cruz Vermelha, Help Age Internacional e Exército da Salvação Internacional. O ICSW congrega organizações mundiais, regionais e nacionais localizadas em 82 países. Este certificado é o reconhecimento das ações que o SESI realiza em benefício do trabalhador brasileiro. É mais um motivo para que os trabalhadores de nossa indústria abram um largo sorriso.



AS MEDIDAS EM ESTUDO

PARA AUMENTAR RECEITAS

1. Cobrança de contribuição previdenciária dos funcionários públicos inativos, provavelmente com alíquota de 11%;
2. Aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos na ativa, de 11% para até 16%;
3. Elevação da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,35%;
4. Elevação do IOF de 2% para 10%;
5. Aumento do IR sobre ganhos de capital obtidos com venda de imóveis;
6. Prorrogação da alíquota extraordinária de 27,5% do IRPF para rendas acima de R\$ 1.800,00 mensais;
7. Obrigar as empresas a declararem o IR pelo lucro presumido, e não mais pelo lucro real, fechando brechas à sonegação;
8. Cobrança do "imposto verde", sobre gasolina e álcool;
9. Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas;
10. Cobrança de Cofins das instituições financeiras;

REDUÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS E SUBSÍDIOS PARA CORTAR DESPESAS:

1. Corte de despesas de custeio e investimento previstos para 99, em R\$ 8,7 bilhões, podendo chegar a R\$ 10 bilhões
2. Aumento da alíquota do FEF, de 20% para 30% ou 40%
3. Conclusão da votação da reforma previdenciária
4. Aprovação das leis que permitirão aplicar os limites da Lei Camata sobre gastos de pessoal dos Estados e municípios;

O SUPERÁVIT PRIMÁRIO DE 2,6% DO PIB PROGRAMADO PARA 1999 DEVERÁ SER OBTIDO NAS SEGUINTE PROPORÇÕES:

1. Governo Central (Tesouro, Banco Central e INSS);
2. 1,8% do PIB estados e municípios;
3. 0,4% do PIB empresas estatais;
4. 0,4% do PIB

CNI
SESI